

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH  
CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR**

CNPJ 23.453.830/0017-37

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>		<b>16.402.126</b>	<b>21.795.660</b>	<b>Circulante</b>		<b>2.883.162</b>	<b>2.534.428</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.002.569	18.124.846	Fornecedores	10	1.368.110	1.184.547
Contas a receber	5	2.957.255	2.641.070	Obrigações trabalhistas	11	1.083.653	940.755
Estoques	6	1.253.492	909.177	Obrigações sociais	12	176.361	153.001
Adiantamento funcionários		50.199	440	Obrigações fiscais		80.875	74.433
Outros créditos		123.770	107.005	Outras contas a pagar		7.273	2
Despesas antecipadas		14.841	13.122	Partes Relacionadas	9	166.890	181.690
<b>Não Circulante</b>		<b>6.530.381</b>	<b>6.875.361</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>4.703.872</b>	<b>5.444.989</b>
Partes relacionadas	9	1.850.000	1.850.000	Receitas diferidas	13	4.703.872	5.444.989
Imobilizado - gestão pública	7	4.376.109	4.620.171	<b>Patrimônio Líquido</b>	15	<b>15.345.473</b>	<b>20.691.604</b>
Intangível - gestão pública	8	304.272	405.190	Patrimônio social		10.523.652	8.963.429
<b>Total do Ativo</b>		<b>22.932.507</b>	<b>28.671.021</b>	Superávit acumulado		4.821.821	11.728.175
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>22.932.507</b>	<b>28.671.021</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)**

	Nota	2020	2019
<b>Receitas Operacionais</b>		<b>31.402.382</b>	<b>35.487.057</b>
Serviços prestados pacientes SUS		36.187.057	35.487.057
(-) Reversão contrato de gestão	15	(4.784.675)	-
<b>Custos</b>		<b>(22.509.592)</b>	<b>(19.681.068)</b>
Pessoal e encargos		(7.107.755)	(6.150.278)
Serviços de terceiros		(12.731.168)	(11.609.206)
Materiais e medicamentos		(2.670.669)	(1.921.584)
<b>Despesas</b>		<b>(4.426.272)</b>	<b>(4.544.480)</b>
Pessoal e encargos		(1.776.9398)	(1.537.569)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.479.697)	(3.001.023)
Depreciação/amortização		(741.117)	(671.550)
Impostos, taxas e contribuições		(39.390)	(5.888)
Outras receitas e despesas operacionais		610.870	671.550
<b>Financeiras, Líquidas</b>		<b>355.303</b>	<b>466.666</b>
Receitas financeiras		376.295	488.439
Despesas financeiras		(20.992)	(21.773)
<b>Superávit do Exercício</b>		<b>4.821.821</b>	<b>11.728.175</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)**

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
<b>Em 31/12/2018</b>		<b>8.958.731</b>	<b>8.958.731</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	8.958.731	(8.958.731)	-
Ajustes patrimoniais	4.698	-	4.698
Superávit do exercício	-	11.728.175	11.728.175
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>8.963.429</b>	<b>11.728.175</b>	<b>20.691.604</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	11.728.175	(11.728.175)	-
Devolução de recurso custeio (Nota 15)	(10.215.325)	-	(10.215.325)
Ajustes patrimoniais (nota 15)	47.373	-	47.373
Superávit do exercício	-	4.821.821	4.821.821
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>10.523.652</b>	<b>4.821.822</b>	<b>15.345.473</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)**

**1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:** O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. **b) Contrato de Gestão:** O contrato de gestão do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) foi firmado em 22 de novembro de 2017, porém as atividades foram iniciadas em 08 de março de 2018 e o atendimento ao público em 18 de junho de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato nº 002/SES-PA/2017, vigente até 21 de novembro de 2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde e aguarda manifestação do Ministério da Educação e Ministério da Cidadania. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 11 de março de 2021.

**2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)**

	2020	2019
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	4.821.821	11.728.175
<b>Ajustes para conciliar o resultado:</b>		
Depreciação/amortizações	741.117	671.550
<b>(=) Superávit ajustado</b>	<b>5.562.938</b>	<b>12.399.725</b>
<b>Variações em contas de ativo e passivo</b>	<b>(11.321.653)</b>	<b>337.695</b>
(Aumento)/redução dos créditos - circulante	(382.711)	467.426
(Aumento) de estoques	(344.315)	(461.334)
(Aumento)/redução das despesas exercício seguinte	(1.719)	13.502
Aumento de fornecedores	183.563	328.800
(Redução)/Aumento de obrigações trabalhistas	142.898	599.645
Aumento de obrigações sociais	23.360	47.837
Aumento de obrigações tributárias	6.442	13.367
Aumento/(redução) de outras obrigações	7.271	(4.696)
(Redução) das obrigações - não circulante	(741.117)	(671.550)
Ajustes patrimoniais	(10.215.325)	4.698
<b>Caixa líquido (aplicado nas) / proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(5.758.715)</b>	<b>12.737.420</b>
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de investimento</b>	<b>(396.136)</b>	<b>(1.049.144)</b>
Aquisição de imobilizado	(367.996)	(1.049.144)
Aquisição de bens do intangível	(28.140)	-
<b>Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>32.573</b>	<b>(1.198.553)</b>
Partes relacionadas	32.573	(1.198.553)
<b>(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.122.277)</b>	<b>10.489.723</b>
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)</b>		
Saldo existente no início do exercício	18.124.846	7.635.123
Saldo existente no final do exercício	12.002.569	18.124.846
<b>(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.122.277)</b>	<b>10.489.723</b>

do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2020 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstra- **continua...**

...continuação

## INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR

CNPJ 23.453.830/0017-37

ções dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**3. Impactos da COVID-19 Nas Operações:** A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (1) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SESP, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; Ainda, neste momento, nem a Entidade nem sua Administração conseguem mensurar fatores para prever ou estimar precisamente os impactos nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura do Hospital, uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica e de saúde mundial e representando novos riscos à sociedade, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios e, possível, aumento expressivo de atendimentos emergenciais pelo Hospital. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação do COVID-19 no País, considerando que apesar de não ter sido eleito pela SESP como referência para atendimento à COVID-19, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2021, por nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais e pela necessidade aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a Administração julga que o relacionamento com o Ente Público favorece o recebimento de recursos e estrutura em tempo para eventuais solicitações de atendimento de urgência, portanto, optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

7. Imobilizado Contrato de Gestão	Ap. Med e cirurgia		Benf.		Eqptos. de informática		Inst.		Maqs. e eqptos		Mov. e Utensílios		Mov. Utens. Hosp		Veículos		Eqptos Pedag.		TOTAL
	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	20%	10%	10%	10%			
<b>Em 31/12/2019</b>																			
Saldo inicial	118.991	1.187		14.959	26.347	2.236.076	1.236.002	84.713	304.796	96.075	4.119.146								
Aquisição	19.180	-		46.315	-	743.651	143.640	96.358	-	-	1.049.144								
Depreciação	(13.026)	(48)		(9.042)	(2.707)	(287.252)	(141.292)	(11.466)	(72.966)	(10.320)	(548.119)								
<b>Saldo final</b>	<b>125.145</b>	<b>1.139</b>		<b>52.232</b>	<b>23.640</b>	<b>2.692.475</b>	<b>1.238.350</b>	<b>169.605</b>	<b>231.830</b>	<b>85.755</b>	<b>4.620.171</b>								
<b>Em 31/12/2020</b>																			
Saldo inicial	125.145	1.139		52.232	23.640	2.692.475	1.238.350	169.605	231.830	85.755	4.620.171								
Aquisição	51.490	-		6.185	-	208.779	65.577	35.965	-	-	367.996								
Depreciação	(15.908)	(48)		(12.358)	(3.274)	(326.899)	(149.612)	(20.673)	(72.966)	(10.320)	(612.058)								
<b>Saldo final</b>	<b>160.727</b>	<b>1.091</b>		<b>39.874</b>	<b>26.551</b>	<b>2.574.355</b>	<b>1.154.315</b>	<b>184.897</b>	<b>158.864</b>	<b>75.435</b>	<b>4.376.109</b>								

**8. Intangível**  
Contrato de Gestão

	Direito de uso 20%	Software 20%	Total
<b>Em 31/12/2019</b>			
Saldo inicial	62.922	465.699	528.621
Aquisição	-	-	-
Depreciação	(13.287)	(110.144)	(123.431)
<b>Saldo final</b>	<b>49.635</b>	<b>355.555</b>	<b>405.190</b>
<b>Em 31/12/2020</b>			
Saldo inicial	49.635	355.555	405.190
Aquisição	28.141	-	28.141
Depreciação	(13.287)	(115.772)	(129.059)
<b>Saldo final</b>	<b>64.488</b>	<b>239.783</b>	<b>304.272</b>

**9. Partes Relacionadas:** Em 2020 e 2019, o montante a receber de R\$ 1.850.000,00, refere-se a contas a receber com hospital relacionado sob a mesma gestão. O saldo a pagar de R\$ 166.890 (R\$ 181.690 em 2019) refere-se a serviços laboratoriais prestados por hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como serviços da gestão.

	2020	2019
<b>10. Fornecedores</b>		
Materiais e medicamentos	94.717	52.528
Serviços	669.386	672.086
Serviços médicos	435.964	333.142
Diversos	168.043	126.791
	<b>1.368.110</b>	<b>1.184.547</b>

	2020	2019
<b>11. Obrigações Trabalhistas</b>		
Ordenados e salários a pagar	466.016	430.839
Provisão de férias	572.094	472.349
Provisão FGTS s/férias	45.543	37.567
	<b>1.083.653</b>	<b>940.755</b>

	2020	2019
<b>12. Obrigações Sociais</b>		
INSS a recolher	50.661	40.828
FGTS a recolher	69.058	61.576
IRRF s/ folha a recolher	56.642	50.597
	<b>176.361</b>	<b>153.001</b>

**13. Receitas Diferidas:** Em 2020, foi utilizado o montante de R\$ 396.117, sendo adquirido com a verba residual de 2019. O saldo demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2020, refere-se à entrada recurso para imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2020	2019
Imobilizado - contrato de gestão	5.869.964	5.501.987
Intangível - contrato de gestão	645.293	617.153
<b>Total investido em ativo</b>	<b>6.515.257</b>	<b>6.119.140</b>
Depreciação/amortização acumulada	(1.834.896)	(1.093.779)
Total imobilizado/intangível líquido	4.680.361	5.025.361
(+) Saldo para investimento	23.511	419.628
<b>Receita diferida</b>	<b>4.703.872</b>	<b>5.444.989</b>

**14. Provisão para Contingência e Depósitos Judiciais:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Trabalhistas. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2020	2019
Trabalhista	6.659	-
	<b>6.659</b>	<b>-</b>

**15. Patrimônio Social:** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. Em 2020, houve a descontinuidade de Hospitais de mesma gestão, onde houve a incorporação ao Patrimônio Social do montante de R\$ 47.372 referente aos valores rescisórios e encargos sociais de funcionários transferidos dessas unidades ao Hospital. Em 20 de novembro de 2020, a Entidade foi requerida, atra-

	2020	2019
<b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa	1.000	1.000
Banco conta movimento	1.277.438	1.847.245
Aplicações em CDB	10.724.131	16.276.601
	<b>12.002.569</b>	<b>18.124.846</b>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento pre-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

**5. Contas Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 21/11/2022.

	2020	2019
Contrato 002/2017 - SESP	2.957.255	2.641.070
	<b>2.957.255</b>	<b>2.641.070</b>

	2020	2019
<b>6. Estoques</b>		
Drogas e Medicamentos	27.474	98.317
Dietas Enterais e Parenterais	513	3.268
Fios Cirúrgicos	817.899	460.479
Filmes e Químicos	49.750	31.227
Materiais de uso do paciente	184.782	175.867
Produtos de Limpeza	48.152	39.546
Materiais de Laboratório	49.750	31.227
Demais materiais	75.172	69.246
	<b>1.253.492</b>	<b>909.177</b>

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

vés do Ofício nº 311/2020 GTCAGHMR/SESPA, a retornar a quantia de R\$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de Reais) à SESP, a título de devolução de recursos de custeio. A Administração realizou a devolução do recurso e reconheceu um ajuste em seu patrimônio social na ordem de R\$ 10.215.325 (Dez Milhões, duzentos e trinta e cinco mil e trezentos e vinte e cinco Reais) relativo a recursos recebidos no período anterior e das receitas faturadas em 2020, no montante de R\$ 4.784.675 (Quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco Reais), totalizando a devolução solicitada pelo Ente Público.

	2020	2019
<b>16. Despesas Gerais e Administrativas</b>		
Serviços de gestão	(1.424.472)	(1.670.246)
Energia elétrica	(573.251)	(556.083)
Aluguel de máquinas	(114.525)	(56.851)
Manutenção e conservação	(20.040)	(57.068)
Viagens e hospedagens	(59.491)	(151.568)
Outros	(287.918)	(509.207)
	<b>(2.479.697)</b>	<b>(3.001.023)</b>

**17. Renúncia Fiscal:** A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

	2020	2019
Cota patronal	1.335.993	1.156.464
Terceiros	387.438	335.376
RAT/SAT	133.599	115.646
<b>Total INSS</b>	<b>1.857.030</b>	<b>1.607.486</b>
COFINS	1.084.212	1.064.612
<b>Total</b>	<b>2.941.242</b>	<b>2.669.098</b>

**18. Cobertura de Seguros:** Em 2020, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

**19. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2020	2019
Aplicações financeiras	10.724.131	16.276.601
Contas a receber	2.957.255	2.641.070
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>13.681.386</b>	<b>18.917.671</b>
Fornecedores	1.368.110	1.184.547
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>1.368.110</b>	<b>1.184.547</b>

**20. Gestão de Risco:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez

...continua...

...continuação

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH  
CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR**

CNPJ 23.453.830/0017-37

que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional: Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade:** Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2020, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público. **19. Eventos Subsequentes: Nova onda de infecções e Impactos da COVID-19 para 2021:** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração acompanha o aumento das divulgações sobre contaminação, sobre elevação nos casos de mortes e nova implementação de restrições de circulação e atividades pelos Entes Governamentais, concluindo que os efeitos financeiros sobre estes impactos devem ser percebidos nas operações nos próximos meses, porém optou por não realizar provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis.

Belém - PA, 11 de março de 2020.

**Paola Alejandra Valenzuela Reyes** - CPF: 200.671.668-90 - Diretora Executiva **Maiara Cardoso da Silva Cravo** - Contadora - CRC PA-019966/O

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação - CIIR - Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 14, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público e das incertezas econômicas provenientes dos impactos da COVID-19. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público acerca de impactos da COVID-19 no fluxo de pagamentos do contrato de gestão pactuado. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESP/PA como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **i)** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis **ii)** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: i)** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 13 de março de 2020, sem modificações. **ii)** Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e nova implementação de restrições de atividades e circulação, promovendo o preparo de sua estrutura para eventual atendimento emergencial de demandas de saúde relacionadas à COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 11 de março de 2021. **Planners Auditores Independentes** - CRC.SP. nº 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398, **Heitor Piovam** - Contador CRC ISP 331.721/O-0 - Auditor Independente - CNAI 6.199.

Protocolo: 636413



**DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE**

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.ioepa.com.br](http://www.ioepa.com.br), domingo, 14 de março de 2021 às 16:01:24.